



TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

O presente termo busca tipificar demanda do serviço público desta municipalidade apresentando a especificação, quantidade, local e prazo para execução, condições de recebimento e valores.

2. OBJETO

Contratação da empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação", a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR.

3. JUSIFICADORAS

3.1 A Lei nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) foi promulgada no ano de 2018 e estabelece uma estrutura legal de direitos dos titulares de dados pessoais. Esses direitos devem ser garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais realizado pelo órgão ou entidade. Para o exercício dos direitos dos titulares, a LGPD prevê um conjunto de ferramentas que aprofundam obrigações de transparência ativa e passiva, e criam meios processuais para mobilizar a Administração Pública.

3.2 Considerando que esta municipalidade vem implementando meios digitais de armazenamento de dados, bem como o fato de que até a presente data, nenhum servidor foi capacitado nesta matéria.

3.3 Considerando que os Procuradores Públicos do município são fundamentais na oferta de suporte legal para a implementação almejada, se mostra vital a capacitação destes servidores para a melhor formação e qualificação possível.

3.4 Considerando que em comparação com semelhantes capacitações realizadas sobre o tema no mercado regional e estadual vislumbramos que os patamares de preços praticados, no presente caso, estão em consonância com as médias, inclusive das já pagas por este Município em outros eventos correlatos, levando-se em conta a grade curricular do curso e do corpo docente, aliado a estrutura técnica e de mercado apresentada pela pessoa jurídica escolhida: IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda-CNPJ 32651451/0001-85;

3.5 Considerando que a instauração de pregão habitual para a contratação destes serviços não se mostraria eficaz, quer seja pelos custos relativamente baixos, quer seja pelas peculiaridades da formação que resultaria em comparação infrutífera de condições entre eventuais licitantes;

3.6 Considerando que em mesma forma, a instauração de processo de dispensa não teria resultados efetivos pois, ainda que dentro dos patamares de valores da Lei 8666, a formação de no mínimo três orçamentos de igual objeto seria impossível de se obter, já que cada instituição que desenvolve estas capacitações tem uma grade curricular própria, um corpo docente específico e toda uma didática afeita àquela instituição, além de cronogramas, locais, datas, horários específicos e, no apresentado em tela, é o que se amolda, no momento, para a demanda.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO

4.1 O objeto da contratação diz respeito a participação em curso presencial junto a cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná entre os dias 18 e 19 de maio de 2023, cujo tema aborda "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação".

4.2 Se propõem, neste momento, a participação de dois servidores efetivos desta municipalidade, a saber: 02 Procuradores Municipais.

4.3 Em contato com a instituição, levando em conta mais de um participante desta municipalidade, nos foi posto o custo total da ordem de R\$2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta reais), que será pago antes da realização do evento através de boleto a ser emitido em



desfavor desta municipalidade quando da emissão da respectiva nota fiscal de prestação de serviços.

5. FISCALIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

Encaminhamos rol detalhado do cronograma de realização da capacitação com temas, dias, carga horária e corpo docente.

6. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O empenho e a quitação dos custos derivados desta contratação serão apropriados em dotações específicas das unidades a que estão vinculados os servidores descritos anteriormente, item 4.2.

Atenciosamente

Antônio Carlos Kovolisk
Diretor em exercício do Depto de Administração

**Francisco Beltrão -PR**Sede IGAM PR - Rua Minas Gerais, 1331
Edifício Elton - 5º andar

FALE CONOSCO

46 99970 8582

www.igampr.com.br

COLOQUE NA AGENDA:

Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação

Conteúdo Programático:

1. Aspectos básicos da lei necessários para um bom diagnóstico
 - 1.1. Classificação de dados
 - 1.2. Tratamento de dados e seu ciclo de vida
 - 1.3. Princípios e fundamentos - o limite do tratamento
 - 1.4. Bases legais aplicáveis
 - 1.5. Agentes de tratamento e o poder público
 - 1.6. Diferenciando o gestor de privacidade e o encarregado de dados
2. Preparando a implementação
 - 2.1. Fases da implementação
 - 2.2. Metodologias de implementação e como fazer uma boa escolha
 - 2.3. Por onde começar? Esmiuçando o diagnóstico
3. Diagnóstico: a fase mais importante e o início de tudo
 - 3.1. Por onde começar e qual a sua importância
 - 3.2. Como elaborar um plano de diagnóstico
4. Identificando a documentação inaugural
 - 4.1. Como elaborar uma boa resolução de mesa e um decreto instituindo a lei
 - 4.2. Como nomear o encarregado e o comitê e as diretrizes da documentação
 - 4.3. Como elaborar um treinamento inaugural eficiente
5. Elaborando um diagnóstico eficiente
 - 5.1. Como segmentar as áreas de TI, jurídico e gestão
 - 5.2. Como segmentar os processos internos
 - 5.2. Como elaborar na prática as entrevistas internas
 - 5.3. Como elaborar na prática um inventário eficiente
 - 5.4. Como registrar no relatório de forma eficiente
 - 5.5. Como finalizar o diagnóstico

**Data:**

18 e 19 de maio de 2023

**Horário:**18/05/2023: 08h30 - 12h | 13h30-17h
19/05/2023: 08h30 - 12h

Institutora

Ana Isabel Mendes

Advogada

**Investimento:**

R\$1.390,00 - Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM

R\$1.290,00 - Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM

IGAM

PARANÁ



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:25:41 do dia 03/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/10/2023.

Código de controle da certidão: **C16A.A884.A160.0F53**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Ana Isabel Mendes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1288910787542675>

ID Lattes: **1288910787542675**

Última atualização do currículo em 29/11/2021

005

Maestranda em Direito, na Universidade de Passo Fundo (2021 - 2023), na linha de Direito e Democracia: relações sociais e dimensões do poder. Possui graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo (2011), com formação na Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul - AJURIS. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Ana Isabel Mendes
Nome em citações bibliográficas	MENDES, A. I.
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/1288910787542675

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2021	Mestrado em andamento em Direito (Conceito CAPES 3). Universidade de Passo Fundo, UPF, Brasil. Título: A Dogmática e o Discurso Jurídico entre a ciência realidade: implicações necessárias ao ensino de Direito, Orientador: Márcio Renan Hamel. Palavras-chave: Ensino Jurídico. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Graduação em Direito.
2007 - 2011	Universidade de Passo Fundo, UPF, Brasil. Título: A dogmatica e o discurso juridico entre a ciência e a realidade: implicações necessárias ao ensino do direito., Orientador: Márcio Renan Hamel.

Formação Complementar

2021 - 2021	Data Mapping. (Carga horária: 4h). Opice Blum Academy, OBA, Brasil.
2020 - 2020	Liderança de Equipes - Gestão de Pessoas com Ênfase em Liderança. Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.
2020 - 2020	LGPD do Zero: capacitação em proteção de dados. (Carga horária: 12h). Instituto Brasileiro de Direito, IBIDUS, Brasil.
2012 - 2013	Curso Regular Superior à Magistratura. (Carga horária: 744h). Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, ESM-AJURIS, Brasil.

Atuação Profissional

Tribunal Regional Federal da 2ª Região, TRF/2ª Região, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Mendes e Miotto Advogados e Associados, MENDES E MIOTTO, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2016

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Autônomo, Carga horária: 40

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - RIO GRANDE DO SUL, JF/RS, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2012

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 30
Elaboração de minutas de sentenças e despachos de mero expediente, submetendo-as ao Juiz Federal, bem como atualização de fases processuais, atendimento ao público e prestação de informações, certificação de publicação de expediente dirigido à Imprensa Oficial (Diário Eletrônico), encaminhamento de processos à área competente, com as petições e demais expedientes protocolados e recebidos pela Secretaria, revisão periódica de livros-carga e guias de eventuais prazos excedidos, cumprimento de determinações e despachos exarçados pelos Juizes, coordenação, fiscalização e controle do cumprimento de suspensão de prazos, elaboração de mandados/cartas de intimações e citações.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TJRS, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conciliadora, Carga horária: 6
Elaboração de audiências de Conciliação e Instrução nas áreas de Direito Civil e Direito do Consumidor, com posterior prolação de Sentença.

Universidade de Passo Fundo, UPF, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2008

Outras informações

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 25
Atendimento ao público e elaboração de peças processuais nas áreas de Direito Civil e Direito do Consumidor.

Two Consultoria em Proteção de Dados Pessoais, TWO, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Fundadora, Enquadramento Funcional: Diretora, Carga horária: 30

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito Civil.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

1. **MENDES, A. I.** DOI 10.12957/dep.2012.2443. REVISTA DIREITO E PRÁXIS JCR, v. 04, p. 129, 2012.

Textos em jornais de notícias/revistas


1. **MENDES, A. I.** Como o vazamento de dados ocorre?. NSC Total, 17 fev. 2021.
2. **MENDES, A. I.** Vazamentos de dados: consulta mostra se CPF foi usado. NSC Total, 12 fev. 2021.
3. **MENDES, A. I.** Informações de mais de 223 milhões de brasileiros vazaram; saiba o que fazer. Bom Dia Santa Catarina, Jornal ao Vivo e Internet, 04 fev. 2021.
4. **MENDES, A. I.** CPF e dados vazados, saiba o que fazer. NSC Total, 02 fev. 2021.

Apresentações de Trabalho

1. **MENDES, A. I.**; Marcelo Martins Piton ; Márcio Renan Hamel . A liberdade de escolha do consumidor na era do Big Data. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
2. **MENDES, A. I.**; Ivania Formighieri Muller ; HAMEL, M. R. . O reconhecimento facial como ameaça ao direito constitucional de reunião. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
3. Ivania Formighieri Muller ; **MENDES, A. I.** ; ARAÚJO, L. E. B. . O Novo Constitucionalismo Latino-americano como ferramenta à efetivação do direito ao meio ambiente. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
4. **MENDES, A. I.**; MORAES, M. E. B. ; HAMEL, M. R. . A tecnologia como meio de (in)efetivação da democracia. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **MENDES, A. I.** 1 ano de pandemia: desafios, reformas, inovações e LGPD. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **MENDES, A. I.** Informações de mais de 223 milhões de brasileiros vazaram; saiba o que fazer. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

Redes sociais, websites e blogs

1. **MENDES, A. I.**; JOSE, T. . Qual a intervenção da LGPD no mercado da moda?. 2021; Tema: Intervenção da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no mercado da moda. (Rede social).
2. **MENDES, A. I.**; Mariana de Toledo . Do Serviço Público ao Empreendedorismo com a LGPD. 2021. (Rede social).
3. **MENDES, A. I.**; FIALHO, M. . Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, 2021; Tema: O que é a Lei Geral de Proteção de Dados?. (Rede social).

Demais tipos de produção técnica

1. **MENDES, A. I.** A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais aplicada aos municípios. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **MENDES, A. I.** A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais aplicada aos municípios. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **MENDES, A. I.** Como implantar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Município: curso prático com mapeamento de dados. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Márcio Renan Hamel; GIACOMINI, J. C. ; **MENDES, A. I.** Participação em banca de Ayrton Henrique de Andrade Portilho.O direito de arena na era do streaming. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
2. Paulo Roberto Ramos Alves; Márcio Renan Hamel; **MENDES, A. I.** Participação em banca de Natália Simonetto Ferreto.Conflitos das normas constitucionais: a viaabilidade da técnica da ponderação. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
3. **MENDES, A. I.**; Roberto Carlos Gradin. Participação em banca de Alessandra Bonhemberger.Análise das alterações da coisa julgada motivando a segurança jurídica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
4. Roberto Carlos Gradin; **MENDES, A. I.** Participação em banca de Daniela Seco.A estabilização da tutela provisória de urgência: efeitos decorrentes da (im)possibilidade de formação da coisa julgada. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso

- (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
5. Roberto Carlos Gradin; **MENDES, A. I.**. Participação em banca de Millene Mello. A (in)constitucionalidade da vedação da ação rescisória perante os Juizados Especiais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
 6. Roberto Carlos Gradin; **MENDES, A. I.**. Participação em banca da William Barfknecht. O negócio jurídico processual atípico como facilitador em tempos de pandemia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
 7. Roberto Carlos Gradin; **MENDES, A. I.**. Participação em banca de Jéssica Pagnussat Ferrazzi. A análise de fato superveniente pelo Superior Tribunal de Justiça na ação revisional de alimentos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
 8. Márcio Renan Hamel; **MENDES, A. I.**. Participação em banca de Kessiane Rother. Alienação Parental: Uma análise hermenêutica do instituto e da influência psíquica na criança. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.
 9. HAMEL, M. R.; João Irineu Araldo Junior; **MENDES, A. I.**. Participação em banca de Luana Carrá. O Instituto da Guarda Compartilhada e a Manutenção da Obrigação Alimentar: um estudo acerca de sua efetividade. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Passo Fundo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. VIII Semana do Conhecimento UPF - A transversalidade da ciência e da tecnologia e inovação na solução dos problemas globais. 2021. (Seminário).
2. VIII Semana do Conhecimento UPF - A transversalidade da ciência e da tecnologia e inovação na solução dos problemas globais. Mediador. 2021. (Seminário).
3. VIII Seminário Internacional de Defesa do Consumidor. 2021. (Seminário).
4. VIII Seminário Internacional de Defesa do Consumidor: O necessário diálogo das fontes entre o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: uma perspectiva à luz do titular de dados. 2021. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **MENDES, A. I.**. V CONGRESSO INTERNACIONAL DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DEMOCRACIA E RELAÇÕES SOCIAIS, V MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS, XVIII SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO/PASSO FUNDO, XI SIMPÓSIO JURÍDICO/SARANDI, XVII ENCONTRO JURÍDICO/CARAZINHO, XIX JORNADA JURÍDICA INTERNACIONAL/SOLEDADE, XVIII SEMANA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO/CASCA, XXII SIMPÓSIO JURÍDICO e XXI ENCONTRO JURÍDICO/LAGOA VE. 2021. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Iniciação científica

1. Luciano Miranda Silva. As Políticas Públicas para o Audiovisual no Brasil e a Política dos Produtores (1964-1974); 2007; Iniciação Científica; (Graduand. 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade de Passo Fundo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Ana Isabel Mendes.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **MENDES, A. I.**. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais aplicada aos municípios. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **MENDES, A. I.**. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais aplicada aos municípios. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **MENDES, A. I.**. Como implantar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Município: curso prático com mapeamento de dados. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

PARANÁ

À Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, PR

Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação

Programa

1. Aspectos básicos da lei necessários para um bom diagnóstico
 - 1.1. Classificação de dados
 - 1.2. Tratamento de dados e seu ciclo de vida
 - 1.3. Princípios e fundamentos -- o limite do tratamento
 - 1.4. Bases legais aplicáveis
 - 1.5. Agentes de tratamento e o poder público
 - 1.6. Diferenciando o gestor de privacidade e o encarregado de dados
2. Preparando a implementação
 - 2.1. Fases da implementação
 - 2.2. Metodologias de implementação e como fazer uma boa escolha
 - 2.3. Por onde começar? Esmiuçando o diagnóstico
3. Diagnóstico: a fase mais importante e o início de tudo
 - 3.1. Por onde começar e qual a sua importância
 - 3.2. Como elaborar um plano de diagnóstico
4. Identificando a documentação inaugural
 - 4.1. Como elaborar uma boa resolução de mesa e um decreto instituindo a lei
 - 4.2. Como nomear o encarregado e o comitê e as diretrizes da documentação
 - 4.3. Como elaborar um treinamento inaugural eficiente

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Intagram: @igamparana

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85

PARANÁ

- 5. Elaborando um diagnóstico eficiente
 - 5.1. Como segmentar as áreas de TI, jurídico e gestão
 - 5.2. Como segmentar os processos internos
 - 5.2. Como elaborar na prática as entrevistas internas
 - 5.3. Como elaborar na prática um inventário eficiente
 - 5.4. Como registrar no relatório de forma eficiente
 - 5.5. Como finalizar o diagnóstico.

Professora



Ana Isabel Mendes

Advogada, Mestranda em Direito pela Universidade de Passo Fundo – UPF, Empresária e co-fundadora da Two, Consultoria em Proteção de Dados e Privacidade. Membro da Comissão de Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul – OAB/RS, Palestrante e Consultora em Proteção de Dados. Ex-Assessora de Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro – RJ. Vasta experiência na assessoria de julgamento de demandas de destaque no Brasil.

Rua Minas Gerais nº1391. Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Intagram: [@igamparana](https://www.facebook.com/igamparana)

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85



PARANÁ

Cronograma

Data: 18 e 19 de 2023

18/05/2023 - 08h30 as 11h30

18/05/2023 - 13h30 as 17h00

19/05/2023 - 08h30 as 11h30

19/05/2023 - 13h30 as 16h00

Investimento

Total para 2 participantes da Prefeitura: R\$ 2.580,00
(R\$ 1.290,00 cada inscrição)

Local:

Francisco Beltrão, PR

Sede IGAM PR Rua Minas Gerais, 1391 – Edifício Ellon - 5º Andar

Observações

• O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85.

Dúvidas à disposição!



EDUARDO Administrativo
ANZILIERO: Administrativo
062856909 2828
28 1406 27200000
22/04/2023

Eduardo Anziliero


Administrativo


IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos


Rua Minas Gerais, 1391 - Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

 (46) 99970 8582

 (46) 2661 1977

 @igamparana

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Saia 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Instagram: @igamparana

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.651.451/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/02/2019
NOME EMPRESARIAL IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IGAM PARANA	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MINAS GERAIS	NÚMERO 1391	COMPLEMENTO SALA 502 ANDAR 5. EDIF ELLON
CEP 85.601-060	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO
UF PR	ENDEREÇO ELETRÔNICO IGAMPARANA@IGAM.COM.BR	
TELEFONE (46) 9970-8582/ (46) 2601-1978		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/01/2023** às **18:45:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**CONTRATO SOCIAL
 POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
 LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
 CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85**

Folha 1/5

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080, TITULAR DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA – EIRELI**, com sede na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, fazendo uso do que permite o parágrafo 3.º do artigo 968 da Lei n.º 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10 da Lei Complementar n.º 128/2008, RESOLVE, transformar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, uma vez que admitiu a sócia **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010, passando a constituir o tipo jurídico de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual será regida nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedade Anônimas (Lei 6.404/1976) e pelo presente CONTRATO SOCIAL, ao qual os sócios se obrigam mutuamente e RESOLVEM alterar e consolidar os dados constantes do Ato Constitutivo, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, irá girar sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**,

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o endereço da sede da empresa que era na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, passará a ser na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade passará a ter por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica elevado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual será integralizado pelos sócios na seguinte maneira:

a) – O sócio **EDUARDO ANZILIERO**, subscreve 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os integraliza com

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 2/5

a incorporação do Capital Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ora transformada; e,

b) – A sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e os integraliza em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA QUINTA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	100.000	100.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	20.000	20.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA SEXTA: O sócio EDUARDO ANZILIERO, que possui na sociedade 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vende e transfere de forma onerosa para a sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo valor nominal e recebe a referida importância em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelos sócios EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio

CLÁUSULA NONA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 3/5

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios, **RESOLVEM** por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080; e,

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM**, por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429 NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 4/5

Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 08 de fevereiro de 2019, considerando a EIRELI e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, é assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possí-

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N° 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 5/5

vel ou inexistindo interesse deste(s) ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que serão partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Francisco Beltrão, 22 de janeiro de 2020


EDUARDO ANZILIERO


MICHELLA KARINA MASSOMI MOREIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

2º TABELIONATO DE NOTAS Jader Luiz Mabeiro - Tabelião
 Rua Teófilo Otonari, 1885 - Centro - Foz de Iguaçu - PR - CEP: 85.605-510 - Telefone: (41) 3553-8200

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de:
 EDUARDO ANZILIBELO
 MICHELLA KARINE SANTOR PARANÁ WATTE
 Em feitura em Foz de Iguaçu - Paraná - PR em 27 de
 Janeiro de 2020
 ESCRIVENTE - KARINE SANTOR PARANÁ WATTE
 R\$21,76 + R\$0,50
 4hQT9 - sUHx2 - j5qTy - zrAra . eycNA - Confira em:
<http://firmapen.com.br>

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO.

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:25:41 do dia 03/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/10/2023.

Código de controle da certidão: **C16A.A884.A160.0F53**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030372425-23

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 32.651.451/0001-85

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 31/08/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
 ESTADO DO PARANÁ
 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
Nº15574/2023

RAZÃO SOCIAL: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 309103

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20190114

ENDEREÇO: RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA CEP: 85601060 Francisco Beltrão - PR

ATIVIDADE: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA	DE	EMISSÃO:	02/05/2023
DATA	DE	VALIDADE:	29/10/2023
FINALIDADE:	CONCORRÊNCIA		LICITAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHBUFFHXJ2X28B2RS			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão emitida gratuitamente pela Internet em: 02/05/2023 - 16:05:55
 Qualquer ruído invalidará este documento.



PODERE JUDICIÁRIO
REPUBLICA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certidão nº: 18658013/2023

Expedição: 03/05/2023, às 16:21:21

Validade: 30/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.651.451/0001-85**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85
Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PUBLICA LTDA
Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/04/2023 a 24/05/2023

Certificação Número: 2023042502515206887812

Informação obtida em 03/05/2023 16:23:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CPF/CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:19:56 do dia 03/05/2023 , com validade até o dia 02/06/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: kOC2N2rChCFotUW4vbui

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nessa Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA			Protocolo: PRC2315117115	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada				
NIRE (Sede) 41209261297	CNPJ 32.651.451/0001-85	Data de Ato Constitutivo 04/02/2019	Início de Atividade 08/02/2019	
Endereço Completo Rua Minas Gerais, Nº 1391, SALA 502:ANDAR 5.;EDIF ELLON ;, Nossa Senhora Aparecida - Francisco Beltrão/PR - CEP 85601-060				
Objeto Social PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL EM GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NAS ÁREAS CONTÁBEIS, JURÍDICAS E DE GESTÃO A ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS.				
Capital Social R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)		Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)				
Dados do Sócio				
Nome EDUARDO ANZILIERO	CPF/CNPJ 062.856.909-28	Participação no capital R\$ 60.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	CPF/CNPJ 055.263.609-62	Participação no capital R\$ 60.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador				
Nome EDUARDO ANZILIERO	CPF 062.856.909-28	Término do mandato Indeterminado		
Nome MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	CPF 055.263.609-62	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento			Situação	
Data 29/01/2020	Número 41209261297	Ato/eventos 002 / 022 - ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	ATIVA Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/03/2023, às 14:09:51 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código JSG3GRGK.



PRC2315117115

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certidão Negativa de Pendências

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Requerente: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná **CERTIFICA**, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
- b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 03/05/2023 16:24:51, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 155877864

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:09:08 do dia 03/05/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **AJV3030523150908**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

029

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2023.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: Participação em curso presencial junto a cidade de Francisco Beltrão, entre os dias 18 e 19 de maio de 2023, cujo tema aborda: "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação".

Especificação de Dotações:

002 Assessoramento

004 Assessoria Jurídica

04.122.0002.2006 Atividades de Assessoria Jurídica

Conta de despesa 380 - fonte de recurso 000

Natureza da despesa do orçamento

33.90.39.00.00. – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 04 de maio de 2023.

Daniele P. Bringhenti

Contadora CRC PR-047272/O-2



Parecer de Licitação 27/2023

Origem: Gabinete

Destino: Comissão Permanente de Licitações

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Inexigibilidade referente a Contratação de empresa especializada “Instituto Aplicado em Gestão Pública” para oferta de curso de capacitação no tema “Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implantação”, a ser executado nos dias 18 e 19 de maio, no Município de Francisco Beltrão PR.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

Que a Comissão Permanente de Licitações, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente “Inexigibilidade”, a fim de que se seja realizado o serviço para aperfeiçoamento do(s) objeto(s): Contratação de empresa especializada “Instituto Aplicado em Gestão Pública” para oferta de curso de capacitação no tema “Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implantação”, a ser executado nos dias 18 e 19 de maio, no Município de Francisco Beltrão PR. Limitado ao teto máximo de R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais), levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Administração.

Coronel Domingos Soares, 04 de maio de 2023.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal



PROCESSO N.º 56/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 24/2023

JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

Considerando a solicitação do Departamento Municipal de Departamento de Administração, se faz necessário o presente processo de inexigibilidade a fim de realizar-se Contratação da empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação", a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR., com a empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

A Lei nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) foi promulgada no ano de 2018 e estabelece uma estrutura legal de direitos dos titulares de dados pessoais. Esses direitos devem ser garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais realizado pelo órgão ou entidade. Para o exercício dos direitos dos titulares, a LGPD prevê um conjunto de ferramentas que aprofundam obrigações de transparência ativa e passiva, e criam meios processuais para mobilizar a Administração Pública.

Considerando que esta municipalidade vem implementando meios digitais de armazenamento de dados, bem como o fato de que até a presente data, nenhum servidor foi capacitado nesta matéria. Considerando que os Procuradores Públicos do município são fundamentais na oferta de suporte legal para a implementação almejada, se mostra vital a capacitação destes servidores para a melhor formação e qualificação possível.

Considerando que em comparação com semelhantes capacitações realizadas sobre o tema no mercado regional e estadual vislumbramos que os patamares de preços praticados, no presente caso, estão em consonância com as médias, inclusive das já pagas por este Município em outros eventos correlatos, levando-se em conta a grade curricular do curso e do corpo docente, aliado a estrutura técnica e de mercado apresentada pela pessoa jurídica escolhida: IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda-CNPJ 32651451/0001-85;

Considerando que a instauração de pregão habitual para a contratação destes serviços não se mostraria eficaz, quer seja pelos custos relativamente baixos, quer seja pelas peculiaridades da formação que resultaria em comparação infrutífera de condições entre eventuais licitantes;

Considerando que em mesma forma, a instauração de processo de dispensa não teria resultados efetivos pois, ainda que dentro dos patamares de valores da Lei 8666, a formação de no mínimo três orçamentos de igual objeto seria impossível de se obter, já que cada instituição que desenvolve estas capacitações tem uma grade curricular própria, um corpo docente específico e toda uma didática afeita àquela instituição, além de cronogramas, locais, datas, horários específicos e, no apresentado em tela, é o que se amolda, no momento, para a demanda.

Reitera-se que a empresa destacada para a referida aquisição/contratação se mostra como alternativa mais plausível devido a sua notória especialização no ramo conforme documentação em anexo ao presente processo, tomando como fundamentação legal o disposto no *caput* do artigo 25, da Lei Federal 8666/93 e suas alterações, uma vez que o objeto é de natureza singular passível de enquadramento na hipótese do artigo citado.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

092

Prática a Implementação”, a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR.

O objeto da contratação diz respeito a participação em curso presencial junto a cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná entre os dias 18 e 19 de maio de 2023, cujo tema aborda “Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação”.

Se propõem, neste momento, a participação de dois servidores efetivos desta municipalidade, a saber: 02 Procuradores Municipais.

Em contato com a instituição, levando em conta mais de um participante desta municipalidade, nos foi posto o custo total da ordem de R\$2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta reais), que será pago antes da realização do evento através de boleto a ser emitido em desfavor desta municipalidade quando da emissão da respectiva nota fiscal de prestação de serviços

EXECUTOR/FORNECEDOR

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Curso presencial junto a cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná entre os dias 18 e 19 de maio de 2023, cujo tema aborda “Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação”.	SERV	1,00	2.580,00	2.580,00
TOTAL						2.580,00

DEMAIS RAZÕES DA ESCOLHA

Verifica-se, do arcabouço de documentos acostados ao presente processo, a regularidade jurídica do proponente assim como se constata de documentos fiscais(NFs) da execução de objeto similar a outros entes federativos cujos valores praticados não apresentam distinção entre os demais entes não ensejando disparidades de subfaturamento ou super faturamento em relação a proposta apresentada ao Município de Coronel Domingos Soares.

A regularidade fiscal, certidões negativas, foram oportunamente acostadas ao processo cujo quadro resumo se apresenta abaixo.

O compêndio de documentos que estão anexados à proposta foram analisados pela equipe municipal tendo exarado o Termo de Referência e Parecer.

VALOR

O fornecimento/execução em tela limita-se a importância de:
2.580,00 (Dois Mil, Quinhentos e Oitenta Reais)

NOTA FISCAL

A Nota Fiscal deve ser encaminhada no e-mail compraspmcads@gmail.com no mesmo dia de sua Emissão.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

033

REGULARIDADE FISCAL

Órgão de Origem	Identificação	Emissão	Validade
Receita Federal	C16A.A884.A160.0F53	03/05/2023	30/10/2023
Receita Estadual	030372425-23	03/05/2023	31/08/2023
Receita Municipal	15574/2023	02/05/2023	29/10/2023
Debitos Trabalhistas	18658012/2023	03/05/2023	30/10/2023
FGTS	2023042502515206887812	03/05/2023	24/05/2023

Coronel Domingos Soares-PR, 09/05/2023.


FERNANDA ROBERTA DA
ROSA
Presidente da Comissão de
Licitações



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

034

INDICAÇÃO DE RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

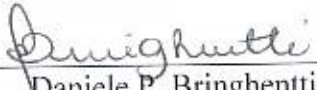
Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2023.

Para concorrer à despesa do objeto resultante da presente licitação, a fim de que seja adquirido/contratado Contratação da empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação", a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR., de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência firmado pela direção do Departamento de Administração, são os seguintes:

Dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	380	02.004.04.122.0002.2006	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Cel. Domingos Soares-PR, 09/05/2023.


Daniele P. Bringhenti
Contadora CRC PR-047272/O-2



MANIFESTAÇÃO JURÍDICA nº 216/2023

Traz a análise o processo supra mencionado que, resumidamente, objetiva:

Contratação de empresa para realização de oficina de capacitação presencial, na cidade de Francisco Beltrão, nos dias 18 e 19 de maio de 2023, com o tema "PRATICANDO A LGPD: OFICINA DE DIAGNÓSTICO E POR ONDE INICIAR NA PRÁTICA A IMPLEMENTAÇÃO", no âmbito da Inexigibilidade 24/2023.

Inicialmente, quanto a emissão de parecer jurídico no processo em apreço, pela ausência de previsão legal, invocamos o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Nesta esteira, os processos licitatórios são necessariamente analisados juridicamente em sua fase interna, via imposição legal. Os processos elaborados para aquisição direta mediante a via de dispensa de licitação ou inexigibilidade não estão compreendidos na imposição da Norma, acima citada.

Feito este necessário esclarecimento passamos a relatar os fatos ora apresentados, consoante solicitação/demanda do setor interessado nos serviços e/ou produtos em questão, aliado ao que dispõem no relatório do(a) Sr(a) Presidente da Comissão de Licitações, que, por sua vez, avaliou a dinâmica da situação bem como o contexto de regularidade fiscal e jurídica do proponente indicado como fornecedor/prestador de serviços e/ou produtos de natureza peculiar, conforme o caput do art. 25, da Lei nº 8.666/1993, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o



fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Os incisos do supracitado artigo são de cunho exemplificativo de situações de inexigibilidade de licitação, o que se encaminha para a inviabilidade de competição, consoante caput, cuja opção por certo fornecedor se daria face as características únicas do objeto a ser fornecido/executado.

Observa-se que no processo está presente termo de referência contextualizando a necessidade do objeto, a ocorrência, valores, períodos e demais justificadoras. Há presente prospecto completo da capacitação com elenco docente, grade curricular, carga horária e temas de abordagem. Foi anexado histórico de atuação da entidade que se pretende contratar, IAGP-Instituto Aplicado m Gestão Pública Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 32651451/0001-85, com sede a cidade de Francisco Beltrão, respondendo pela marca IGAM PARANÁ-Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos, além de atestados de capacidade técnica. A atuação da entidade escolhida se desenvolve desde o ano 1992 junto as diversas áreas da administração pública, capacitando e assessorando o setor por diversas vias e ferramentas.

Quanto ao evento de capacitação, que será desenvolvido pela futura contratada, o mesmo se apresenta como uma necessidade de aperfeiçoamento da Lei 13709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, promulgada em 2018 estabelecendo uma estrutura legal de direitos dos titulares de dados pessoais que estejam sob a tutela do poder público, no caso, direitos que devem ser garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais realizados pelo órgão ou entidade através de um conjunto de ferramentas que aprofundam obrigações de transparência ativa e passiva e criam meios processuais para mobilizar a administração pública.

Vale lembrar que a instauração de pregão habitual para a contratação destes serviços não se mostraria eficaz, quer seja pelos custos relativamente baixos, quer seja pelas peculiaridades da formação que resultaria em comparação infrutífera de condições entre eventuais licitantes, de outra via, a confecção de processo de dispensa também não teria resultados efetivos pois, ainda que dentro dos patamares de valores da Lei 8666/93, a formação de no mínimo três orçamentos de igual objeto seria impossível de se obter, já que cada instituição que desenvolve estas capacitações tem uma grade curricular própria, um corpo docente específico e toda uma didática afeita àquela instituição, além de cronogramas, locais, datas e horários específicos.

Verifica-se que a Sra Presidente da Comissão de Licitações também aferiu o conjunto de documentos que comprovam a regularidade fiscal e jurídica da proponente no tocante as certidões negativas e documento de constituição do futuro contratado.

O setor municipal de contabilidade indicou dotação orçamentária para a contratação em tela com fulcro no orçamento aprovado para 2023, consoante discriminação do objeto deste processo.

De outra via, ainda que não seja o aperfeiçoamento exato, a capacitação observada em tela tem estreita relação com os dispositivos contidos na Lei Municipal 819/17, que instituiu a escola de gestão pública que, por sua vez, tem por propósito, dentre outros:

Art. 3º - São funções básicas da Escola de Gestão Pública de Coronel Domingos Soares:
(...)



V - Projetar, coordenar e executar atividades que visem a melhoria do padrão de serviços prestados pelos servidores municipais, objetivando a qualidade na prestação de serviços na administração pública;

VI - Subsidiar todas as atividades de apoio logístico, requeridas para o desenvolvimento das atividades de desenvolvimento humanos para o corpo técnico do Município de Coronel Domingos Soares;

(...)

X - Preparar um grupo de servidores municipais multiplicadores em treinamentos e atividades de desenvolvimento humano e profissional, com qualidades técnicas em áreas de formação e treinamento;

(...)

A Norma supramencionada buscou aperfeiçoar o disposto no §2º do art. 26 da Lei Municipal 816/17, plano de cargos e remuneração dos servidores efetivos do quadro geral, que nos remete a qualificação profissional dos servidores públicos efetivos, conforme se observa em seus arts. 25 e 26:

Art. 25. A qualificação profissional, como base de valorização do servidor público e na eficiência do serviço público, compreenderá programas de formação, aperfeiçoamento teóricos e práticos.

Art. 26. A Administração Pública manterá, periodicamente, programas e cursos de aperfeiçoamento para garantir a qualificação dos servidores.

§ 1º. A qualificação profissional será planejada, organizada, executada pela Administração, ou entidades previamente definidas, compreendendo:

I – formação inicial com objetivo de qualificar o servidor admitido em concurso público para o exercício das funções inerente ao cargo;

II – formação continuada com objetivo aperfeiçoamento, permitindo a complementação e a atualização da formação inicial do servidor.

§ 2º. O executivo municipal regulamentará os programas de qualificação por ato próprio.

Desta feita se verifica o aperfeiçoamento do intento das duas Normas locais supracitadas vez que a dinâmica que se opera é destinada a servidores efetivos que atuam na tramitação dos processos licitatórios do Município.

Por fim, neste contexto, há que se observar a peculiaridade de publicidade para este tipo de procedimento, vez que não se trata de certame convencional, todavia, por cautela, recomenda-se a publicação de termo de ratificação e do consequente extrato de contrato, quando este for celebrado, além do lançamento das informações do processo no “mural de licitações” do TCE e o cadastramento integral do processo no “portal de transparência” do Município.

Diante do exposto:

a. Observadas as ressalvas e opinativos aqui relatados assim como as formalidades da Lei nº. 8.666/1993, em especial no que diz respeito no artigo 25, seus incisos e parágrafos, verifica-se que o aperfeiçoamento do objeto em tela pode se amoldar a contratação direta, adotando a formalização pela via da inexigibilidade;


b. Este parecer é meramente opinativo e não se constitui de parecer obrigatório/vinculativo para os atos decisórios do gestor municipal, passível de ser censurado por outro entendimento que, devidamente fundamentado, comprove melhor resguardo do interesse público, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito;

c. Esclarece-se que este parecer está vinculado aos documentos, Normas e declarações apresentadas na presente solicitação, de sorte, que a inveracidade dos dados apresentados, omissões ou a sua inexatidão, não foram objeto de análise.



d. Remeta-se o presente processo ao Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua ratificação na via escolhida pelo setor municipal de licitações, mediante acompanhamento permanente do controle interno e sua assessoria jurídica.

Coronel Domingos Soares/PR, 09 de maio de 2023.


Dr. Rogério E. Schmidt
Procurador Geral
PR 59902 - Port. 169/2015



PARECER CONTROLE INTERNO Nº 57/2023

FINALIDADE: Inexigibilidade referente a contratação de empresa especializada "instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "praticando a LGPD: Oficina de diagnostico e por onde iniciar na pratica a implementação", a ser executado nos dias 18 e 19 de maio de 2023 na cidade de Francisco Beltrão-PR.

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº 56/2023 inexigibilidade de licitação nº 24/2023, solicitando a análise e parecer, Inexigibilidade referente a contratação de empresa especializada "instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "praticando a LGPD: Oficina de diagnostico e por onde iniciar na pratica a implementação", a ser executado nos dias 18 e 19 de maio de 2023 na cidade de Francisco Beltrão-PR.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete".

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível Inexigibilidade referente a contratação de empresa especializada "instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "praticando a LGPD: Oficina de diagnostico e por onde iniciar na pratica a implementação", a ser executado nos dias 18 e 19 de maio de 2023 na cidade de Francisco Beltrão-PR.

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:

- a) termo de Referencia
- b) documentos da empresa
- c) parecer contábil
- d) parecer licitatório
- e) parecer jurídico

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da aquisição do objeto e nota-se que está de acordo com "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666/93 onde prevê a **inexigibilidade** de licitação quando houver inviabilidade de competição, autorizando a contratação direta pela Administração Pública.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

040

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, por existirem justificativas para tal Inexigibilidade referente a contratação de empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "praticando a LGPD: Oficina de diagnóstico e por onde iniciar na prática a implementação", a ser executado nos dias 18 e 19 de maio de 2023 na cidade de Francisco Beltrão-PR. Desta feita, retomem-se ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 09 de maio de 2023.

Dirlei de Lima
Controle Interno



PROCESSO N.º 56/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Reconheço, com fundamento no caput do artigo 25, da Lei 8666/93 e suas alterações, a inexigibilidade de licitação para o seguinte objeto:

Contratação da empresa especializada “Instituto Aplicado em Gestão Pública” para oferta de curso de capacitação no tema “Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação”, a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR..

Fornecedor/Executor: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

O fornecimento/execução em tela limita-se a importância de R\$ 2.580,00 (Dois Mil, Quinhentos e Oitenta Reais).

Cel. Domingos Soares-PR, 10/05/2023.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

PROCESSO N.º 56/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Reconheço, com fundamento no caput do artigo 25, da Lei 8666/93 e suas alterações, a inexigibilidade de licitação para o seguinte objeto:

Contratação da empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação", a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR..

Fornecedor/Executor: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

O fornecimento/execução em tela limita-se a importância de R\$ 2.580,00 (Dois Mil, Quinhentos e Oitenta Reais).

Cel. Domingos Soares-PR, 10/05/2023.

Jandir Bandiera - Prefeito Municipal

026/01-2023



Memorando interno 48/2023

Coronel Domingos Soares, 12 de maio de 2023

De: Pregoeira Municipal
Para: Gabinete do Prefeito

- a. Considerando o e-mail da Empresa INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA, o curso programado para os dias 18 e 19 de maio, objeto do presente Processo, será transferido para uma nova data a ser definida.
- b. Considerando que não podemos deixar um processo de Inexigibilidade em aberto, e sabendo que pode ter alterações no objeto, pedimos a Revogação total.

Nos cumpre:

- a. Pedir que seja avaliado o processo e Decretado a REVOGAÇÃO TOTAL o mais breve possível;

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.


Fernanda Roberta da Rosa
Pregoeira
Portaria 142/2022

De: IGAM PR

Enviado: sexta-feira, 12 de maio de 2023 10:50

Para: licitapmcds@hotmail.com

Assunto: A/C Fernanda - Lei Geral de Proteção de Dados LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação - (Sede IGAMPR Francisco Beltrão - 18 e 19/05)

Olá, bom dia!

Venho através deste informar, que o curso sobre a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, programado para os dias 18 e 19 de maio em Francisco Beltrão, será transferido para uma nova data a ser definida.

Desde já, agradecemos a inscrição conosco!

Atenciosamente,

IGAM[®]
PARANÁ

Queli Cristiane

Comercial

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

(46) 99124-1012

(46) 2601 1977

Nos acompanhe na rede

social! <https://www.instagram.com/igamparana/>



*Prefeitura Municipal de
Coronel Domingos Soares*

*Estado do Paraná
Cnpj 01.614.415/0001-18*

Decretos Municipais

DECRETO Nº075/2023

Dispõe sobre a **revogação** do Processo registrado sob nº 56/2023, na modalidade Inexigibilidade de Licitação registrada sob nº 24/2023, dando outras providências.

O Prefeito de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, e disposições correlatas, especialmente:

- a. Considerando a informação de mudança de data para o curso apresentada pela empresa IGAM/PR, na qual não há provisionamento de nova data;
- b. Considerando o disposto no Memorando Interno 48/2023, oriundo do Setor de Licitação, com pedido de Revogação Total do Processo de Inexigibilidade;

DECRETA

Art. 1º - Fica **revogado** o Processo registrado sob nº 56/2023, na modalidade Inexigibilidade de Licitação registrada sob nº 24/2023, tendo como objeto: contratação de empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação", a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Coronel Domingos Soares Pr., 12 de maio de 2023.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

DECRETO Nº070/2023

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o contido no requerimento protocolado sob o nº 256/2023;

Considerando que o servidor apresentou "certificado de Conclusão do Ensino Fundamental", cumprindo, portanto, com a exigência da Lei nº 816/2017, Art. 16, Parágrafo 1º, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais;

Considerando o parecer e análise da Procuradora Municipal e do Diretor do Departamento de Administração, DECRETA

Art. 1º-Fica concedido elevação de nível a Servidora Municipal, Sra. Neomara da Aparecida de Souza Prestes ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais passando do nível I, Classe A, para o nível II, Classe A, Grupo Funcional Básico, a partir de maio de 2023.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE - CUMPRA-SE

Coronel Domingos Soares PR., em 04 de maio de 2023.

JANDIR BANDIERA - PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº072/2023

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o contido no requerimento protocolado sob o nº 254/2023;

Considerando que o servidor apresentou "certificado de Conclusão do Ensino Médio", cumprindo, portanto, com a exigência da Lei nº 816/2017, Art. 16, Parágrafo 1º, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais;

Considerando o parecer e análise do Procurador Municipal e do Diretor do Departamento de Administração, DECRETA

Art. 1º-Fica concedido elevação de nível a Servidora Municipal, Sra. Sandra de Lima, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais passando do nível II, Classe D, para o nível III, Classe D, Grupo Funcional Básico, a partir de maio de 2023.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE - CUMPRA-SE

Coronel Domingos Soares PR., em 04 de maio de 2023.

JANDIR BANDIERA - PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 073/2023

Concede enquadramento no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Coronel Domingos Soares.

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Municipal 818/2017;

Considerando a documentação constante no requerimento protocolado sob o nº 279/2023, juntamente com o parecer do Procurador Municipal e do Diretor do Departamento de Administração, DECRETA

Art. 1º Fica a servidora Solange Aparecida Prestes da Silva, nos termos dos artigos, 13 e 14 da Lei 818/2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Coronel Domingos Soares, enquadrada no cargo de Professor da Educação Infantil-nível C, a partir de maio de 2023.

Art. 2º O enquadramento financeiro dar-se-á conforme a tabela constante no anexo I da Lei 818/2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares Pr., em 09 de maio de 2023.

JANDIR BANDIERA - PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº074/2023

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o contido no requerimento protocolado sob o nº 288/2023;

Considerando que a servidora apresentou Diploma de Mestre em Ciências da Saúde", cumprindo, portanto, com a exigência da Lei nº 816/2017, Art. 16, Parágrafo 1º, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais;

Considerando o parecer e análise do Procurador Municipal e do Diretor do Departamento de Administração, DECRETA

Art. 1º-Fica concedido elevação de nível a Servidora Municipal, Srta. Sílvia Heck, ocupante do Cargo de Enfermeira passando do nível II, Classe A, para o nível III, Classe A, Grupo Funcional Superior, a partir de maio de 2023.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE - CUMPRA-SE

Coronel Domingos Soares PR., em 08 de maio de 2023.

JANDIR BANDIERA - PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº075/2023

Dispõe sobre a revogação do Processo registrado sob nº 56/2023, na modalidade Inexigibilidade de Licitação registrada sob nº 24/2023, dando outras providências.

O Prefeito de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, e disposições correlatas, especialmente:

Considerando a informação de mudança de data para o curso apresentada pela empresa IGAM/PR, na qual não há provisionamento de nova data;

Considerando o disposto no Memorando Interno 48/2023, oriundo do Setor de Licitação, com pedido de Revogação Total do Processo de Inexigibilidade; DECRETA

Art. 1º—Fica revogado o Processo registrado sob nº 56/2023, na modalidade Inexigibilidade de Licitação registrada sob nº 24/2023, tendo como objeto: contratação de empresa especializada "Instituto Aplicado em Gestão Pública" para oferta de curso de capacitação no tema "Praticando a LGPD: Oficina de Diagnóstico e por onde iniciar na Prática a Implementação", a ser executado nos dias 18 e 19/05/2023, no Município de Francisco Beltrão/PR.

Art. 2º—Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publique-se. Cumpra-se.

Coronel Domingos Soares Pr., 12 de maio de 2023.

Jandir Bandiera - Prefeito Municipal

0204/2115